

## DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E CONVERGÊNCIA DE CRESCIMENTO: UMA ANÁLISE PARA O ESTADO DE ALAGOAS (2006-2016)

**Erick Ruan Barros Souza**

Universidade Federal de Alagoas

[erickruanb15@gmail.com](mailto:erickruanb15@gmail.com)

**Luiz Fernando Lourenço de Sousa**

Universidade Federal de Pernambuco

[luiz.lourencosousa@ufpe.br](mailto:luiz.lourencosousa@ufpe.br)

### Resumo

As desigualdades econômicas e sociais entre municípios constituem um importante desafio para o desenvolvimento regional brasileiro, especialmente em estados marcados por fortes heterogeneidades territoriais, como Alagoas. Nesse contexto, este artigo tem por objetivo analisar a convergência do crescimento econômico e do desenvolvimento socioeconômico dos municípios alagoanos entre os anos de 2006 e 2016. Para tanto, utilizou-se a metodologia das médias de convergência, aplicada ao Produto Interno Bruto (PIB) per capita total e setorial e ao Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Os resultados indicam que não houve convergência do PIB per capita total, sendo observado um processo de divergência econômica entre os municípios. Em termos setoriais, o setor secundário apresentou os maiores sinais de convergência, enquanto o setor primário registrou a maior divergência. No âmbito do desenvolvimento socioeconômico, verificou-se convergência nas dimensões saúde e educação, contrastando com a divergência observada na dimensão emprego e renda. Os resultados evidenciam que os avanços observados nos indicadores sociais não foram acompanhados por um processo equivalente de convergência econômica, sugerindo a persistência de desigualdades territoriais e estruturais entre os municípios alagoanos.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento regional; Convergência setorial; Crescimento econômico; IFDM.

## SOCIECONOMIC DEVELOPMENT AND GROWTH CONVERGENCE: AN ANALYSIS FOR THE STATE OF ALAGOAS (2006-2016)

### Abstract

Economic and social inequalities among municipalities constitute a major challenge for regional development in Brazil, especially in states characterized by significant territorial disparities, such as Alagoas. In this context, this study aims to analyze the convergence of economic growth and socioeconomic development among the municipalities of Alagoas between 2006 and 2016. To achieve this objective, the convergence means methodology was applied to total and sectoral Gross Domestic Product (GDP) per capita and to the FIRJAN Municipal Development Index (IFDM). The results indicate that there was no convergence in total GDP per capita, revealing a process of economic divergence among municipalities. From a sectoral perspective, the secondary sector exhibited the strongest signs of convergence, whereas the primary sector showed the greatest divergence. Regarding socioeconomic development, convergence was observed in the health and education dimensions, while the employment and income dimension remained divergent. The findings demonstrate that improvements in social indicators were not accompanied by a

corresponding process of economic convergence, suggesting the persistence of structural and territorial inequalities among the municipalities of Alagoas.

**Key words:** Regional development; Sectoral convergence; Economic growth; IFDM.

## **CONVERGENCIA DE DESARROLLO SOCIOECONÓMICO Y CRECIMIENTO: UN ANÁLISIS PARA EL ESTADO DE ALAGOAS (2006-2016)**

### **Resumen**

Las desigualdades económicas y sociales entre los municipios constituyen un importante desafío para el desarrollo regional en Brasil, especialmente en estados caracterizados por fuertes heterogeneidades territoriales, como Alagoas. En este contexto, el presente artículo tiene como objetivo analizar la convergencia del crecimiento económico y del desarrollo socioeconómico de los municipios alagoanos entre los años 2006 y 2016. Para ello, se utilizó la metodología de las medias de convergencia, aplicada al Producto Interno Bruto (PIB) per cápita total y sectorial, así como al Índice FIRJAN de Desarrollo Municipal (IFDM). Los resultados indican que no hubo convergencia del PIB per cápita total, observándose un proceso de divergencia económica entre los municipios. En términos sectoriales, el sector secundario presentó las mayores señales de convergencia, mientras que el sector primario registró la mayor divergencia. En el ámbito del desarrollo socioeconómico, se verificó convergencia en las dimensiones de salud y educación, en contraste con la divergencia observada en la dimensión de empleo e ingresos. Los resultados evidencian que los avances observados en los indicadores sociales no fueron acompañados por un proceso equivalente de convergencia económica, lo que sugiere la persistencia de desigualdades territoriales y estructurales entre los municipios de Alagoas.

**Palabras-clave:** Desarrollo regional; Convergencia sectorial; Crecimiento económico; IFDM.

### **Introdução**

A reprodução do espaço geográfico é um processo dinâmico e complexo que envolve uma interação de múltiplos fatores socioeconômicos, políticos e ambientais. Essa dinâmica pode ser entendida como a forma que o espaço geográfico é continuamente reorganizado e transformado em resposta às necessidades e ações humanas. Para Santos (1996), o espaço geográfico é uma construção social, resultado das práticas e das relações sociais, econômicas e políticas que se materializam na paisagem e nos territórios.

Um dos principais aspectos da reprodução espacial é a segregação. Esse processo resulta na formação de áreas com diferentes características socioeconômicas dentro de uma mesma cidade ou até mesmo de uma região. Estudos como os de Harvey (2008) e Lefebvre (1974) destacam que essa segregação é frequentemente impulsionada por políticas habitacionais, especulação imobiliária e desenvolvimento desigual, criando bolsões de riqueza e pobreza, onde a distribuição desigual de recursos e serviços, como emprego,

educação, saúde, reforçam essas disparidades e perpetua a segregação social. Lefebvre (1974) em “A Produção do Espaço” argumenta que o espaço não é apenas um palco onde ocorrem as ações humanas, mas um produto social que influencia e é influenciado pela sociedade. Compreender o dinamismo espacial é, portanto, essencial para abordar questões de desenvolvimento regional e intervenções planejadas que promovam um crescimento equilibrado e inclusivo.

De acordo com Staback e Lima (2023), o conceito de convergência está ligado à variação e dispersão. Se a dispersão da variável em análise estimada por meio do coeficiente de variação, por exemplo, estiver diminuindo ao longo do tempo, então temos um processo de convergência. Sendo assim, pode-se observar que os municípios estão indo em direção a um mesmo nível, num processo que faz um alinhamento entre o padrão de desenvolvimento ou até mesmo da dinâmica de crescimento. Esse alinhamento não implica em resultados sempre positivos, tendo em vista que os municípios e seus centros urbanos podem tender a níveis de pobreza e não de riqueza.

Sendo assim, Almeida e Moreira (2019) apontam que num processo de convergência absoluta todos os municípios deveriam ter os mesmos motivadores de desenvolvimento, com isso todos tenderiam a convergir para o mesmo nível de renda ou de desenvolvimento. Para tanto, os municípios menos desenvolvidos deveriam crescer a taxas mais elevadas para se igualarem aos municípios mais ricos em algum determinado tempo.

Considerando a importância do crescimento econômico e do desenvolvimento socioeconômico para a melhoria das condições de vida da população, este estudo busca responder ao seguinte questionamento: houve convergência nos padrões de crescimento econômico e de desenvolvimento socioeconômico dos municípios alagoanos entre 2006 e 2016?

Frente ao objeto e questão de estudo deste trabalho, os pontos de interpretação são: o crescimento econômico, caracterizado pela expansão do Produto Interno Bruto (PIB) e o desenvolvimento socioeconômico dos municípios alagoanos, caracterizado pela melhoria dos indicadores de desenvolvimento humano. O estudo se inspira na metodologia das médias de convergência proposta por Williamson e Fleming (1977) e Taylor e Williamson (1991) para analisar o bem-estar social.

A partir desta introdução, o artigo é organizado em mais quatro seções. Na próxima, apresenta-se uma breve revisão da literatura sobre o panorama contemporâneo da economia alagoana, convergência econômica setorial e o Índice FIRJAN de Desenvolvimento

Municipal (IFDM). Os aspectos metodológicos se encontram na terceira seção. Os resultados e suas respectivas discussões são apresentados na quarta seção e, por fim, expõem-se as considerações finais do presente estudo.

### ***Panorama Contemporâneo da Economia Alagoana***

A economia de Alagoas é marcada, atualmente, pela predominância do setor de serviços e pelo papel significativo da agricultura e da indústria na geração de renda e empregos. O setor de serviços, que inclui atividades ligadas ao turismo, ao comércio e à administração pública, representa a principal contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB) estadual, refletindo uma tendência observada em diversas economias em desenvolvimento. Além disso, o estado possui relevante potencial turístico em função de seus recursos naturais, especialmente suas praias e áreas de preservação ambiental, que contribuem para a dinamização das atividades econômicas locais e para a geração de emprego e renda (FIEA, 2018; SEPLAG, 2023).

A agricultura em Alagoas desempenha um papel crucial, com destaque para a produção de cana-de-açúcar, coco, mandioca e frutas tropicais. A cana-de-açúcar, em especial, é a principal cultura do estado, sendo fundamental para a economia local e para o setor industrial, especialmente na produção de açúcar e etanol, representando um legado histórico que remonta ao período colonial. Segundo estudos de Rodrigues e Ross (2020), a cana-de-açúcar ainda representa uma parcela significativa do Produto Interno Bruto (PIB) do estado, apesar das flutuações no mercado global e dos desafios ambientais associados à sua produção.

Embora não seja o setor predominante da economia alagoana, a indústria possui participação relevante na geração de emprego, renda e valor agregado. Além da tradicional vinculação à agroindústria, o setor industrial estadual engloba atividades da indústria de transformação e da indústria extrativa, contribuindo para a diversificação da estrutura produtiva e para o fortalecimento das relações intersetoriais da economia. Nesse contexto, a atividade industrial exerce papel estratégico ao estimular encadeamentos produtivos, ampliar a arrecadação tributária e impulsionar o desenvolvimento econômico regional (FIEA, 2018).

O turismo se consolida como uma fonte importante de receita para Alagoas, com Maceió, a capital, sendo um dos principais destinos turísticos do Brasil. O desenvolvimento do turismo tem promovido a criação de empregos e incentivado investimentos em infraestrutura, como hotéis, restaurantes e serviços de transporte. No entanto, a sazonalidade

do turismo e a necessidade de diversificação das atrações turísticas são desafios que precisam ser enfrentados para garantir um crescimento sustentável e contínuo (Rios, 2021).

Outro setor relevante é a pesca, especialmente a pesca artesanal, que é uma importante fonte de sustento para comunidades costeiras. Estudos indicam que a pesca em Alagoas tem um papel significativo na economia local e na segurança alimentar, embora enfrente desafios relacionados à sustentabilidade e à regulamentação (Santos; Sampaio, 2013).

Além da agropecuária, turismo e pesca, a dinâmica econômica alagoana também é influenciada por políticas públicas voltadas à atração de investimentos, à ampliação da infraestrutura e ao fortalecimento das atividades produtivas. Sob a perspectiva do desenvolvimento regional, a atuação do Estado é frequentemente apontada como elemento relevante para estimular a diversificação econômica e reduzir desigualdades territoriais, especialmente em economias marcadas por elevada concentração produtiva (Furtado, 1983; Hirschman, 1958).

Entretanto, a estrutura econômica alagoana também apresenta características que podem limitar a convergência entre os municípios. A especialização produtiva historicamente associada ao complexo sucroalcooleiro, a concentração fundiária e a centralização das atividades econômicas em poucos centros urbanos contribuíram para a formação de uma estrutura socioeconômica marcada por desigualdades territoriais persistentes. Conforme destacam Silva (2013) e Lopes e Mota (2020), a predominância da agroindústria canavieira ao longo do processo de formação econômica de Alagoas esteve associada à concentração da renda, da terra e dos investimentos, resultando em uma rede urbana fortemente hierarquizada e em trajetórias desiguais de crescimento e desenvolvimento entre os municípios.

Nesse contexto, torna-se relevante investigar se a expansão econômica observada no estado foi acompanhada por um processo de redução das disparidades territoriais ou se, ao contrário, reforçou padrões históricos de concentração econômica e desigualdade regional. Tal discussão é fundamental para avaliar a efetividade das estratégias de desenvolvimento implementadas ao longo do período analisado.

### ***Convergência Econômica Setorial***

A partir da década de 1950, o debate econômico e da ciência regional ganhou espaço nas discussões sobre a convergência de renda face à constatação de que, o crescimento

econômico não significava progresso social. Ou seja, os municípios podem ter um crescimento econômico mensurado pela expansão do Produto Interno Bruto (PIB), mas ainda permanecer com indicadores sociais instáveis (Staback; Lima, 2023). A preocupação acerca das condições de vida da população fez ampliar as análises acerca do desenvolvimento para questões multidisciplinares, como saúde, educação, emprego e renda e meio-ambiente, dentre outros aspectos, que passaram a ser consideradas medidas de bem-estar e de padrão de vida (Silva, Ribeiro, Bastos, 2020).

Desta maneira, para Vieira *et al.* (2012), a convergência é caracterizada por um processo no qual os rendimentos ou níveis de desenvolvimento de regiões ou municípios passam a convergir para um nível comum ao longo do tempo, sugerindo a atenuação das disparidades regionais. Desta forma, este conceito é fundamental para entender como as disparidades econômicas dentro de uma economia podem ser reduzidas, promovendo um crescimento mais equilibrado, sustentável e igualitário. Para Bernardes *et al.*, (2021), a localização, a logística estrutural de fluxos de produção e distribuição remetem a produção heterogênea e fragmentada do espaço, totalmente diferente daquilo que preconiza a convergência: homogeneização das estruturas produtivas e sociais.

Essa perspectiva aproxima o debate da convergência econômica da produção social do espaço. Enquanto as teorias de convergência pressupõem uma tendência à redução das disparidades regionais, autores críticos apontam que a própria dinâmica de acumulação capitalista pode reforçar processos de concentração econômica e territorial. Nessa interpretação, a convergência não constitui um resultado inevitável, mas depende das condições estruturais, institucionais e produtivas presentes em cada território.

O progresso dos municípios em direção a maior ou menor convergência está sujeito às condições iniciais e estruturais destas. Assim, existiriam múltiplas possibilidades de equilíbrios e de desequilíbrios que conduzem os municípios ao mesmo patamar de desenvolvimento ou de desigualdade, onde o crescimento da renda não é homogêneo, beneficiando principalmente os mais industrializados (Raiher, 2015).

Regiões e centro urbanos com melhor infraestrutura tendem a atrair mais investimentos e a oferecer condições mais favoráveis para o desenvolvimento industrial e de serviços. A infraestrutura de qualidade não só melhora a eficiência das operações econômicas, mas também facilita a integração de mercados e a mobilidade de fatores de produção, como trabalho e capital. Portanto, a melhoria da infraestrutura é frequentemente

citada como uma estratégia crucial para promover a convergência econômica setorial (Staback; Lima, 2023).

Concisamente, na literatura são encontrados vários conceitos de convergência, porém, este trabalho se concentra no uso da metodologia clássica das médias de convergência proposta por Williamson e Fleming (1977), retomada em Taylor e Williamson (1991), pois é uma métrica utilizada em trabalhos sobre convergência de renda e bem-estar social, tais como: Barro e Sala- I-Martin (1995), Batistella e Marion Filho (2018), Ferrera de Lima & Bidarra (2021), Staback e Lima (2023), dentre outros.

Dentro da abordagem da convergência, Raiher (2015) descreve três possibilidades: convergência beta absoluta, onde as regiões partilham os mesmos determinantes do estado estacionário e, assim, todos os municípios convergem para um nível de rendimento médio comum; convergência beta condicional, onde as intervenções econômicas são diferentes em cada local, o que determina que os seus estados estáveis sejam diferentes. e clubes de convergência, onde os rendimentos per capita das regiões são estruturalmente idênticos e convergem no longo prazo apenas se as suas condições iniciais forem muito próximas e houver muitas opções viáveis e equilibradas. Além das situações descritas, existe uma abordagem de convergência sigma, que se caracteriza pela dispersão temporal dos dados, que é medida pela dispersão e pelo coeficiente de variação.

### ***Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – IFDM***

O Índice Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma adaptação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para a realidade brasileira, criado em 2013 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro (FJP) (PNUD, 2013). Um dos componentes deste indicador é o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal - IFDM que mede o desenvolvimento socioeconômico municipal brasileiro através de três dimensões essenciais: 1) Emprego e Renda, 2) Educação e 3) Saúde, utilizando estatísticas públicas oficiais. Nesse contexto, a figura 01 a seguir apresenta as variáveis que compõe o IFDM e suas áreas.

**Figura 01.** Resumo dos componentes do IFDM por área de desenvolvimento.

IFDM		
Emprego e Renda	Educação	Saúde
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Geração de emprego formal</li> <li>• Taxa de formalização do mercado de trabalho</li> <li>• Geração de renda</li> <li>• Massa salarial real no mercado de trabalho formal</li> <li>• Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atendimento à educação infantil</li> <li>• Abandono no ensino fundamental</li> <li>• Distorção idade-série no ensino fundamental</li> <li>• Docentes com ensino superior no ensino fundamental</li> <li>• Média de horas-aula diárias no ensino fundamental</li> <li>• Resultado do IDEB no ensino fundamental</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proporção de atendimento adequado de pré-natal</li> <li>• Óbitos por causas mal definidas</li> <li>• Óbitos infantis por causas evitáveis</li> <li>• Internação sensível à atenção básica (ISAB)</li> </ul>
<p><b>Fonte:</b> Ministério do Trabalho e Emprego</p>	<p><b>Fonte:</b> Ministério da Educação</p>	<p><b>Fonte:</b> Ministério da Saúde</p>

**Fonte:** FIRJAN (2018).

Especificamente, são acompanhadas as conquistas e os desafios socioeconômicos brasileiros pelo prisma da competência municipal: manutenção de um ambiente de negócios propício à geração local de emprego e renda, educação infantil e fundamental e atenção básica em saúde (FIRJAN, 2018).

A dimensão de Emprego e Renda, medida pelos 5 indicadores apresentados na primeira coluna do quadro 1, é um indicador direto do poder aquisitivo da população e do acesso a bens e serviços essenciais. Municípios com maior renda per capita tendem a ter melhor infraestrutura e serviços públicos, o que contribui para uma melhor qualidade de vida. A desigualdade de renda, no entanto, continua sendo uma das questões mais prementes no Brasil, com grandes diferenças entre regiões e entre populações urbanas e rurais (Barros, Foguel, Ulysea, 2006).

A educação é outra dimensão crítica avaliada pelo IFDM, medida pelos seis indicadores apresentados na segunda coluna do Quadro 1. Este indicador possui grande relevância, pois a educação está diretamente associada ao desenvolvimento humano, à qualificação da força de trabalho e à ampliação das oportunidades econômicas e sociais. Entretanto, as desigualdades educacionais ainda constituem um desafio relevante no Brasil, refletindo diferenças históricas e regionais no acesso e na qualidade do ensino (PNUD, 2013).

A saúde no IFDM é avaliada pelos 4 indicadores apresentados na última coluna do quadro 1, refletindo as condições de saúde e bem-estar da população, influenciadas por fatores como acesso a serviços de saúde, condições de saneamento básico e hábitos de vida. A análise dos dados de saúde revela grandes disparidades entre diferentes municípios brasileiros, evidenciando a necessidade de políticas públicas direcionadas para regiões com menores índices (IFDM, 2018).

Dessa forma, é possível determinar com precisão se a melhora ocorrida em determinado município decorre da adoção de políticas específicas ou se o resultado obtido é apenas reflexo da queda dos demais municípios. Por conseguinte, a ênfase da leitura não deve apenas se restringir a uma questão de posição no ranking, mas sim de se verificar se, de fato, houve progresso de um determinado município, estado ou região, em determinado período de tempo.

Com esses dados, é possível identificar áreas prioritárias para intervenção e monitorar os impactos das políticas implementadas. Além disso, a comparação dos índices ao longo do tempo possibilita avaliar o progresso e os desafios persistentes em diferentes regiões. Estudos sugerem que uma abordagem integrada, considerando as três dimensões do IFDM, é essencial para promover um desenvolvimento humano equilibrado e sustentável (PNUD, 2015).

Entretanto, a utilização de indicadores sintéticos para mensurar o desenvolvimento requer cautela analítica. Embora índices como o IFDM sejam importantes instrumentos de monitoramento e avaliação de políticas públicas, eles não conseguem captar integralmente as dimensões históricas, políticas e territoriais que condicionam os processos de desenvolvimento.

Sob a perspectiva de Santos (1996), Lefebvre (1974) e Harvey (2008), o desenvolvimento ocorre de maneira desigual no espaço, sendo influenciado pela distribuição dos investimentos, pela infraestrutura disponível, pelas relações de poder e pelas diferentes capacidades de inserção dos territórios nos circuitos econômicos. Dessa forma, municípios podem apresentar melhorias em determinados indicadores sociais sem que ocorram transformações estruturais capazes de reduzir desigualdades produtivas, fundiárias e socioespaciais. Assim, o IFDM deve ser compreendido como uma aproximação empírica do desenvolvimento socioeconômico, mas não como uma representação integral das múltiplas dimensões que compõem esse fenômeno.

Por fim, é importante destacar que, embora o IFDM seja uma ferramenta poderosa para a análise e promoção do desenvolvimento humano, ele não captura todas as nuances da realidade social e econômica de um município. Questões como desigualdade de gênero, racismo estrutural e impactos ambientais também influenciam significativamente o desenvolvimento humano e precisam ser consideradas na formulação de políticas públicas.

### ***Metodologia***

Os métodos aplicados neste trabalho consistem em procedimentos quali-quantitativos, uma vez que o estudo se baseia na coleta e análise de dados estatísticos, com objetivo de compreender o desenvolvimento e seus desdobramentos, por meio de uma revisão bibliográfica, promovendo um diálogo entre autores de diferentes linhas teóricas.

Sendo assim, para tal foram abordadas algumas etapas: a primeira consiste na explanação sobre a economia contemporânea alagoana, e a segunda sobre o crescimento do PIB. Cabe aqui justificar o porquê da escolha desses tópicos: o primeiro ponto a ser analisado é que os municípios passam por um processo de redistribuição espacial, os tornando um objeto de estudo, pois seus centros urbanos podem vir a ser valorizadas pela oferta de emprego, pela existência ou inexistência de estrutura básica de infraestrutura, oportunidades de acesso a tecnologias, educação e saúde, ou seja, pelos bens e serviços essenciais ao desenvolvimento social (Staback; Lima, 2023). Outro ponto a ser analisado é a demografia, onde podemos fazer correlação entre a distribuição de serviços, reforçando essa justificativa a partir do aumento do contingente populacional.

A terceira etapa é a definição dos dados a serem utilizados e analisados. Aqui, o Produto Interno Bruto (PIB) e o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM). A coleta dos dados foi feita no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Secretaria do Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (SEPLAG - AL), e no sistema da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN).

Para mensurar o crescimento econômico dos municípios alagoanos foi usado como indicador o Produto Interno Bruto (PIB) per capita e setorial, para os anos de 2006 e 2016, estimados pelo IBGE (2021). Segundo Furtado (1983), a dinâmica do PIB ao longo do tempo denota um processo de crescimento econômico e a expansão da atividade econômica. Assim como também salienta Siedenberg (2023), que a partir de 1950, a modernização se apresentou como uma estratégia indispensável para análise do desenvolvimento socioeconômico em vários países, inclusive no Brasil.

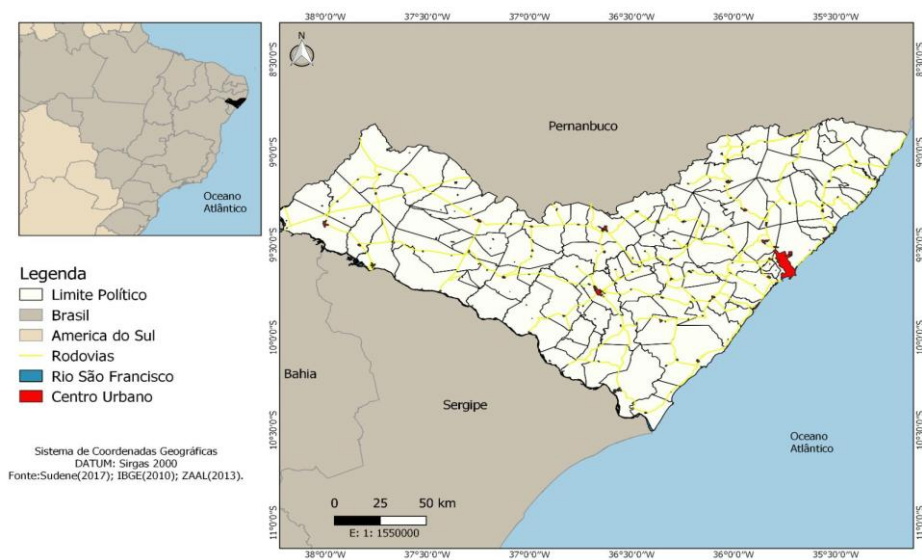
O sistema da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) foi utilizado através do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) para identificação de convergência em pontos ligados ao desenvolvimento socioeconômico.

O IFDM funciona através de uma análise que varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1 o índice, maior é o desenvolvimento municipal. Os resultados são classificados em 4 conceitos: 0,0 até 0,4 (desenvolvimento baixo); 0,4 até 0,6 (desenvolvimento regular); 0,6 até 0,8 (desenvolvimento moderado); e de 0,8 até 1,0 (é considerado desenvolvimento alto) (IFDM, 2018).

Vale pontuar que, todo índice, é uma versão reduzida da complexidade do fenômeno que quer referenciar. A escolha do IFDM é reforçada por atender às propriedades desejáveis para um índice, quais sejam: relevância social, alinhamento entre o conceito e a medida, confiabilidade, cobertura espacial e populacional, reflete as mudanças no padrão mensurado, cada dimensão tem especificidades que o compõem e definem, e possui transparência e clareza metodológica. Além disso, o IFDM é mais amplo e preserva as dimensões do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), o que os deixam fortemente correlacionados (Staback; Lima, 2023).

O recorte temporal 2006 e 2016 foi escolhido devido as mudanças econômicas ocorridas pelo Brasil e pelo estado de Alagoas, pelo desenvolvimento social e pela disponibilidade dos dados pelos órgãos públicos. Sendo assim, o recorte espacial utilizado neste estudo foram os 102 municípios do estado de Alagoas, representados no mapa 01.

**Mapa 01.** Mapa político-administrativo de Alagoas.



**Fonte:** Os autores (2025).

Para chegarmos até o objetivo proposto deste trabalho, seguiu-se as demais etapas:  
1) Tabulação para os anos 2006 e 2016 de dados demográficos municipais, dados de PIB per capita estimado a partir do Valor Adicionado Bruto (VAB), PIB per capita setorial e Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM). 2) Tratamento e análise dos dados tabulados para verificação de quais setores e índices estavam estimulando a convergência.

Para complementar as etapas metodológicas, adotou-se o uso da equação proposta por Williamso e Fleming (1977), Williamson (1977) e Taylor e Williamson (1991), que também foi usada por Raiher, Lima e Klein. (2014), Lima e Bidarra (2021) e Staback e Lima (2023). Para estimar a Média da Convergência por ano (MC), empregou-se a seguinte equação (1):

$$MC/ano = \left[ \frac{CV_{t_1} - CV_{t_2}}{CV_{t_1}} * 100 \right] / (t_2 - t_1) \quad (1)$$

Onde:

$MC/ano$  = Média da convergência por ano;

$CV_{t_1}$  = Coeficiente de variação do ano 1;

$CV_{t_2}$  = Coeficiente de variação do ano 2;

$t_2$  = Ano final;

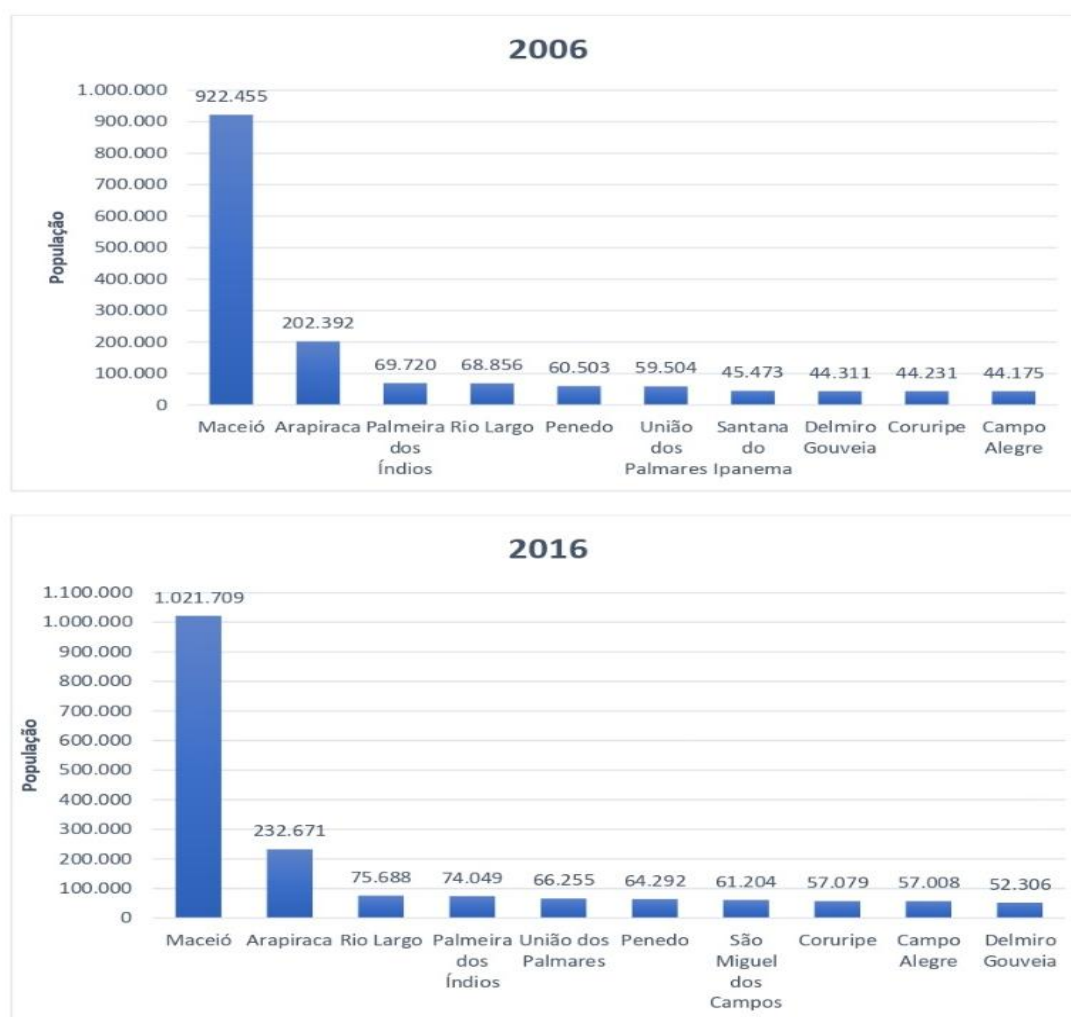
$t_1$  = Ano inicial.

Para analisar a convergência, a média de convergência foi estimada com o PIB per capita e o PIB per capita setorial (primário, secundário e terciário) dos anos 2006 e 2016. Da mesma maneira foi feita a estimativa usando o IFDM geral e por dimensão (emprego e renda, educação e saúde) de 2006 e 2016. Quanto maior a redução do coeficiente de variação ao longo do primeiro para o segundo ano analisado, maior será a convergência ou homogeneização de crescimento e desenvolvimento econômico entre os municípios em análise. Caso ocorra o contrário, se o coeficiente de variação calculado entre o ano inicial e final aumentar ao longo do tempo, não houve convergência, indicando uma disparidade de crescimento e desenvolvimento nos municípios analisados (Williamson; Fleming, 1977). Dessa maneira, a análise da convergência mostrará o aumento ou a diminuição das disparidades em termos de crescimento e em termos do IFDM do estado de Alagoas.

## Desenvolvimento

O estado de Alagoas, de acordo com o IBGE (2021), apresentou crescimento populacional de 10% entre 2006 e 2016, com destaque para Maceió, capital do estado, que concentrava mais de 55% da população, e Arapiraca, situada no Agreste alagoano, com mais de 12% da população (Figura 02). Para Rossi-Hansberg, Sarte e Schwartzman (2019), esse crescimento é impulsionado por fatores socioeconômicos, ambientais e políticos, associados à busca por melhores oportunidades de emprego, educação, condições de vida e acesso a serviços básicos. Estudos como o de Seto, Güneralp e Hutyra (2012) mostram que a urbanização acelerada pode provocar fragmentação de habitats naturais e mudanças significativas no uso do solo, evidenciando como as atividades econômicas e o crescimento urbano reconfiguram os padrões espaciais.

**Figura 02.** 10 municípios de Alagoas com maior crescimento populacional entre 2006 e 2016.



Fonte: IBGE (2021); SEPLAG (2023); Autores (2025).

Segundo Corrêa (1982), o dinamismo espacial é essencial para entender a distribuição e a organização das cidades em uma região, influenciada pela acessibilidade e interação entre diferentes localidades. Ainda, de acordo com o autor, o dinamismo espacial está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento econômico e às desigualdades sociais. As transformações nos espaços urbanos e rurais frequentemente refletem dinâmicas de poder e recursos, onde áreas centrais e periféricas são moldadas por fluxos de capital, políticas públicas e interesses privados.

De acordo com os dados da Tabela 01, notou-se que o PIB per capita total dos municípios alagoanos, apresentou um aumento da atividade econômica do comparativo aos anos 2006 e 2016. Pôde-se constatar uma taxa de crescimento do coeficiente de variação positiva (5,6%), evidenciando uma maior divergência do PIB per capita entre os municípios. Além disso, obteve-se um resultado negativo da Média de Convergência (MC), de -0,56, reforçando a hipótese de que os municípios ampliaram a dispersão entre eles, constatando que, de fato, houve esse aumento desigual entre as unidades geográficas de análise.

**Tabela 01.** Médias de convergência do produto interno bruto (PIB) per capita total estadual, 2006 e 2016.

<b>PIB per capita</b>	<b>2006</b>	<b>2016</b>
Média	170545.79	484987.7
Desvio Padrão	705945.11	2120576.6
Coeficiente de Variação	414%	437%
MC = -0,56		

**Fonte:** IBGE (2021). Autores (2025).

Sob uma perspectiva territorial, a divergência observada no PIB per capita sugere que o crescimento econômico alagoano ocorreu de forma espacialmente concentrada. Embora a atividade econômica tenha apresentado expansão no período analisado, os benefícios desse crescimento não foram apropriados de maneira homogênea pelos municípios. Esse resultado dialoga com a discussão apresentada por Silva (2013) e Lopes e Mota (2020), segundo os quais a formação econômica alagoana foi historicamente marcada pela concentração da renda, da terra e dos investimentos em determinados espaços, produzindo trajetórias desiguais de desenvolvimento. Nessa perspectiva, o crescimento econômico estadual não foi acompanhado por um processo equivalente de redução das

desigualdades territoriais. Tal resultado sugere que o dinamismo econômico observado no período foi apropriado de forma diferenciada pelos municípios, reforçando padrões históricos de concentração econômica. A Tabela 02 apresenta o ranking dos 10 maiores PIB municipais de Alagoas em 2016.

**Tabela 02.** Ranking dos 10 maiores PIB municipais do estado de Alagoas, 2016.

Nº	Município	PIB (R\$1.000,00)
1	Maceió	21,306,116
2	Arapiraca	4,012,632
3	Marechal Deodoro	1,637,084
4	Coruripe	1,551,619
5	Rio Largo	981,595
6	São Miguel dos Campos	933,851
7	Penedo	848,811
8	União dos Palmares	794,429
9	Santana do Mundaú	758,912
10	Palmeira dos Índios	724,575

**Fonte:** SEPLAG (2018); Autores (2025).

Dentre os fatores que impulsionam este tipo de crescimento, que refletem as particularidades de cada município podemos destacar: locação industrial, exportação de produtos, expansão do agronegócio e suas fronteiras, movimentos migratórios, processos de urbanização, periferação, políticas públicas, investimentos, extração de recursos naturais, oferta de serviços de qualidade e diversificados, e comércio, moldando o uso e a organização do espaço geográfico, transformando os padrões de interações ao longo do tempo (Hirschman, 1958; Delgado, 2012; Santos, 2006; Maricato, 2011).

Analisando o PIB per capita setorial, pode-se observar uma tendência de convergência entre os setores secundário e terciário, com a diminuição do desvio padrão, com MC positivos, diminuindo a dispersão desses setores entre os municípios, demonstrando que o efeito observado para o PIB teve um estímulo pelas atividades de comércio, serviços, prestação de serviços e indústria de transformação (Tabela 03).

A convergência observada nos setores secundário e terciário sugere que as atividades industriais e de serviços apresentaram maior capacidade de difusão espacial quando comparadas ao setor primário. Esse comportamento pode estar relacionado à difusão de atividades urbanas, à expansão do comércio e dos serviços públicos e ao fortalecimento de centros urbanos intermediários no estado, reduzindo parcialmente as disparidades observadas entre as economias locais. Entretanto, tal processo não foi suficiente

para reverter a divergência observada no PIB per capita total, indicando que a redução das desigualdades setoriais não necessariamente se traduz em convergência econômica agregada.

**Tabela 03,** Médias de convergências do PIB per capita setorial estadual, 2006 e 2016.

<b>Setor Primário</b>	<b>2006</b>	<b>2016</b>
Média	1169.1	3414.05
Desvio Padrão	1125.35	6532.24
Coeficiente de Variação	96%	191%
<b>MC= -9,90</b>		

<b>Setor Secundário</b>	<b>2006</b>	<b>2016</b>
Média	719.07	748.23
Desvio Padrão	1558.95	1344.45
Coeficiente de Variação	217%	180%
<b>MC= 1,71</b>		

<b>Setor Terciário</b>	<b>2006</b>	<b>2016</b>
Média	2261.43	6565.57
Desvio Padrão	682.20	1802.55
Coeficiente de Variação	30%	27%
<b>MC= 1,00</b>		

**Fonte:** IBGE (2021); Autores (2025).

O setor primário apresentou uma média de convergência negativa (-9,90), expressando que entre os anos de 2006 e 2016, os municípios aumentam a dispersão entre si, o que significa que houve um processo de divergência muito expressivo ao longo dos anos. Embora a média do setor tenha quase triplicado e o desvio padrão tenha mais que triplicado, o coeficiente de variação crescente demonstra que a dinâmica do setor foi divergente e desigual entre os municípios.

A divergência observada no setor primário sugere que a expansão das atividades agropecuárias ocorreu de maneira seletiva entre os municípios alagoanos. Embora o setor tenha apresentado crescimento expressivo no período analisado, os ganhos econômicos não foram distribuídos de forma homogênea entre os territórios. Tal resultado pode estar associado às diferenças na estrutura produtiva agrícola, na disponibilidade de recursos e na especialização de determinadas atividades, especialmente aquelas ligadas ao complexo sucroenergético, historicamente relevante para a economia estadual (FIEA, 2018; Rodrigues; Ross, 2020). Dessa forma, o crescimento do setor primário parece ter reforçado disparidades já existentes, contribuindo para a ampliação da dispersão observada entre os municípios.

Em relação ao desenvolvimento socioeconômico, foi analisado o IFDM geral estadual, constatando-se uma redução da taxa do coeficiente de variação de 47,05%. Isso

quer dizer que entre os anos de 2006 e 2016, os municípios de forma geral reduziram a distância em termos de desenvolvimento socioeconômico, apresentando uma MC de 4,71 (tabela 04).

Entretanto, a convergência observada no IFDM geral deve ser interpretada com cautela. Embora a redução da dispersão indique uma aproximação dos municípios em termos de indicadores sociais, esse resultado não implica necessariamente a superação das desigualdades estruturais existentes no estado. Conforme discutido por Santos (1996), Lefebvre (1974) e Harvey (2008), o desenvolvimento envolve dimensões territoriais e produtivas que nem sempre são captadas por indicadores sintéticos. Dessa forma, melhorias nos indicadores sociais podem coexistir com estruturas econômicas marcadas pela concentração de renda e pela desigualdade territorial. A Tabela 05 apresenta os 10 municípios com o melhor IFDM geral de Alagoas em 2016.

**Tabela 04.** Médias de convergência do índice FIRJAN de desenvolvimento municipal dos municípios do estado, 2006 e 2016.

<b>IFDM – Geral</b>	<b>2006</b>	<b>2016</b>
Média	0.44	0.60
Desvio padrão	0.07	0.05
Coeficiente de Variação	17%	9%
<b>MC= 4,71</b>		

<b>IFDM – Renda e Emprego</b>	<b>2006</b>	<b>2016</b>
Média	0.53	0.41
Desvio padrão	0.11	0.10
Coeficiente de Variação	21%	23%
<b>MC= -0,95</b>		

<b>IFDM – Educação</b>	<b>2006</b>	<b>2016</b>
Média	0.35	0.63
Desvio padrão	0.07	0.08
Coeficiente de Variação	19%	13%
<b>MC= 3,16</b>		

<b>IFDM – Saúde</b>	<b>2006</b>	<b>2016</b>
Média	0.46	0.75
Desvio padrão	0.15	0.09
Coeficiente de Variação	33%	12%
<b>MC= 6,36</b>		

**Fonte:** FIRJAN (2018); Autores (2025).

**Tabela 05.** Ranking do IFDM – Geral, dos 10 melhores índices municipais do estado de Alagoas no ano de 2016.

Nº	Município	IFDM
1	Coruripe	0.7731
2	Jequiá da Praia	0.7161
3	Teotônio Vilela	0.6980
4	Arapiraca	0.6967
5	Maceió	0.6918
6	Branquinha	0.6856
7	São José da Laje	0.6842
8	Mar Vermelho	0.6788
9	Campo Alegre	0.6786
10	São Miguel dos Milagres	0.6767

**Fonte:** FIRJAN (2018); Autores (2025).

A dimensão emprego e renda foi a única a apresentar convergência negativa (-0,95). Sendo assim, podemos dizer que os municípios ampliaram a divergências entre si, onde as condições de distribuição de emprego se mostraram desiguais, sendo a única dimensão a apresentar regressão da média ao longo dos anos. Para os anos 2006 e 2016, a média oscilou de 0,53 para 0,41. Essa diminuição pode ser atribuída a diversos fenômenos, como por exemplo a crise econômica de 2015, que levou a degradação do emprego e da renda, principalmente em áreas relacionadas ao setor primário.

A divergência observada na dimensão emprego e renda evidencia uma importante contradição do processo de desenvolvimento recente em Alagoas. Embora os municípios tenham apresentado avanços nas dimensões de saúde e educação, tais melhorias não foram acompanhadas por um processo equivalente de inclusão produtiva. Sob essa perspectiva, os resultados sugerem que a convergência social observada em algumas dimensões não foi suficiente para alterar os mecanismos que reproduzem as desigualdades econômicas e ocupacionais entre os municípios. A Tabela 06 apresenta o panorama dos 10 municípios que obtiveram os melhores índices nessa dimensão em 2016, classificados entre desenvolvimento regular e baixo.

**Tabela 06,** Ranking do IFDM – Emprego e Renda, dos 10 melhores índices municipais do estado de Alagoas no ano de 2016.

Nº	Município	IFDM - Emprego e Renda
1	São José da Laje	0.7098
2	Coruripe	0.6668

3	Arapiraca	0.6642
4	Maceió	0.6432
5	São Luís do Quitunde	0.6004
6	Matriz de Camaragibe	0.5867
7	São Miguel dos Milagres	0.5750
8	Japaratinga	0.5243
9	São Miguel dos Campos	0.5217
10	Barra de São Miguel	0.5187

**Fonte:** FIRJAN (2018); Autores (2025).

Na educação, o coeficiente de variação apresentou que no ano de 2006 os desvios atingiram uma média de 19%. Em 2016, os mesmos atingiram uma média de 13%, indicando uma redução de 31,57% do coeficiente de variação. Importante salientar que o IFDM - Educação do estado apresentou crescimento, alcançando o seu melhor conceito em 2016, com 0,5983 (IFDM, 2018), No entanto, os indicadores que o compõem continuam longe de atingir as metas definidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), sendo o índice que menos avançou no estado em comparação a média nacional de 2016, com 0,7689 pontos. (IFDM, 2018).

Embora os resultados indiquem convergência na dimensão educacional, a persistência de diferenças em relação à média nacional sugere que a redução das desigualdades ocorreu em um contexto de níveis educacionais ainda insuficientes. Em outras palavras, os municípios tornaram-se mais semelhantes entre si, mas não necessariamente alcançaram padrões considerados satisfatórios em termos de qualidade educacional. Esse resultado reforça a necessidade de interpretar a convergência não apenas como redução da dispersão, mas também à luz dos níveis efetivamente alcançados pelos indicadores.

**Tabela 07.** Ranking do IFDM – Educação, dos 10 melhores índices municipais do estado de Alagoas no ano de 2016.

Nº	Município	IFDM – Educação
1	Coruripe	0.8410
2	Jequiá da Praia	0.8190
3	Mar Vermelho	0.8100
4	Quebrangulo	0.7947
5	Junqueiro	0.7791
6	Teotônio Vilela	0.7783
7	Campo Alegre	0.7774
8	Taquarana	0.7630
9	Branquinha	0.7414

10	Jaramataia	0.7393
----	------------	--------

**Fonte:** FIRJAN (2018); Autores (2025).

Analisando a última dimensão que compõe o IFDM, a saúde apresentou a maior média de convergência (MC = 6,36) entre os indicadores avaliados. Além disso, o coeficiente de variação reduziu-se de 33% para 12% entre 2006 e 2016, representando uma diminuição de 63,63% na dispersão entre os municípios alagoanos.

A expressiva convergência observada na saúde pode estar associada à ampliação da Atenção Primária à Saúde e à expansão da Estratégia Saúde da Família nos municípios brasileiros, processo que contribuiu para a interiorização dos serviços de saúde e para a redução das desigualdades de acesso entre diferentes localidades (Paim *et al.*, 2011). Contudo, assim como observado para o IFDM geral, a redução das disparidades não implica necessariamente a eliminação de desigualdades estruturais, mas indica que os municípios passaram a apresentar condições relativamente mais homogêneas no acesso aos serviços básicos de saúde.

A Tabela 08 apresenta o ranking dos 10 municípios com os melhores índices na dimensão saúde em 2016. Observa-se que todos os municípios listados apresentaram índice classificado como de desenvolvimento alto nessa dimensão.

**Tabela 08.** Ranking do IFDM – Saúde, dos 10 melhores índices municipais do estado de Alagoas no ano de 2016.

Nº	Município	IFDM - Saúde
1	Pindoba	0.9285
2	Satuba	0.8999
3	Maravilha	0.8886
4	Ouro Branco	0.8853
5	Jequiá da Praia	0.8800
6	Teotônio Vilela	0.8736
7	Barra de São Miguel	0.8722
8	Boca da Mata	0.8634
9	Branquinha	0.8612
10	Passo de Camaragibe	0.8610

**Fonte:** FIRJAN (2018); Autores (2025).

## **Conclusões**

Este trabalho teve como objetivo analisar a convergência do crescimento econômico e do desenvolvimento socioeconômico dos municípios alagoanos entre os anos de 2006 e 2016, utilizando o método das médias de convergência aplicado ao PIB per capita, ao PIB per capita setorial e ao Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

Os resultados evidenciaram que o processo de crescimento e desenvolvimento dos municípios alagoanos ocorreu de forma heterogênea ao longo do período analisado. Embora tenha sido observado crescimento dos indicadores econômicos e sociais, os ganhos não foram distribuídos de maneira uniforme entre os municípios. Em termos econômicos, verificou-se divergência do PIB per capita total, indicando ampliação das disparidades econômicas territoriais. Da mesma forma, o setor primário apresentou forte divergência, sugerindo que a expansão das atividades agropecuárias ocorreu de forma concentrada em determinados municípios. Em contrapartida, os setores secundário e terciário apresentaram convergência, evidenciando uma distribuição relativamente mais homogênea das atividades industriais e de serviços.

No âmbito do desenvolvimento socioeconômico, observou-se convergência no IFDM Geral e nas dimensões Educação e Saúde, indicando uma redução das disparidades sociais entre os municípios. Contudo, a dimensão Emprego e Renda apresentou divergência, revelando que os avanços observados nos indicadores sociais não foram acompanhados por um processo equivalente de inclusão produtiva e geração de oportunidades econômicas. Esse resultado evidencia uma importante contradição do desenvolvimento alagoano, no qual melhorias nas condições sociais coexistem com a persistência de desigualdades econômicas e territoriais.

Os resultados sugerem que a redução das disparidades em indicadores sociais não implica, necessariamente, a superação dos padrões históricos de concentração econômica presentes no estado. Nesse sentido, a convergência observada em saúde e educação deve ser interpretada com cautela, uma vez que avanços sociais podem coexistir com estruturas produtivas marcadas pela concentração da renda, dos investimentos e das oportunidades de emprego.

Sob a perspectiva das políticas públicas, os achados reforçam a necessidade de estratégias que articulem crescimento econômico e desenvolvimento social, buscando reduzir as desigualdades territoriais e promover uma distribuição mais equilibrada das oportunidades econômicas entre os municípios alagoanos. A compreensão dessas

heterogeneidades é fundamental para a formulação de políticas voltadas ao desenvolvimento regional, especialmente em estados caracterizados por fortes disparidades socioeconômicas.

Por fim, é importante reconhecer as limitações deste estudo. A análise possui caráter descritivo e exploratório, não incorporando testes econométricos de significância estatística nem métodos de inferência causal capazes de identificar relações de causa e efeito entre as variáveis analisadas. Além disso, a utilização de apenas dois pontos temporais (2006 e 2016) limita a capacidade de captar trajetórias intermediárias, choques conjunturais e mudanças estruturais ocorridas ao longo do período.

Dessa forma, pesquisas futuras poderão ampliar o horizonte temporal de análise, incorporar novas variáveis explicativas e utilizar métodos econométricos mais robustos, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas de crescimento econômico e desenvolvimento socioeconômico nos municípios alagoanos.

## Referências

- ALMEIDA, R. D. C. de; MOREIRA, T. B. S. Convergência de renda entre os estados brasileiros: uma análise em painel dinâmico. **Planejamento e Políticas Públicas**, ed. 52, p. 325-354, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/921>. Acesso em: 8 abr. 2025.
- BARRO, R. J.; SALA-I-MARTIN, X. Technological diffusion, convergence and growth. **Journal of Economic Growth**, v. 1, n. 1, p. 1-26, 1995. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/160652/1/cdp735.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2025.
- BARROS, R. P. de; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (org.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: Ipea, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/book/77a8ce88-d296-4bfb-a842-9f3e8d38027f>. Acesso em: 10 abr. 2025.
- BATISTELLA, P.; MARION FILHO, P. J. Crescimento econômico e convergência de renda nos municípios do Rio Grande do Sul: uma análise dos três grandes setores (2000-2010). **Revista Estudo & Debate**, v. 25, n. 2, p. 284-309, 2018. Disponível em: <https://www.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/1838/1386>. Acesso em: 10 abr. 2025.
- BERNARDES, F. L.; NECKEL, A.; KUIJAWA, H. A.; MACULAN, L. S. Novas tendências de metropolização em cidades médias do Brasil: um estudo de caso no Estado do Rio Grande na possível Região Metropolitana de Passo Fundo. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 13, e20200222, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/Z5hnrLwZXXKZjsLhbNy846cn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2025.
- CORREIA, R. L. Repensando a teoria das localidades centrais. *In*: MOREIRA, Rui (org.). **Geografia: teoria e crítica: o saber posto em questão**. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 11-30.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/245770/000899407.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2025.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS (FIEA); INSTITUTO EUVALDO LODI (IEL). **Trajetória da indústria em Alagoas: 1850/2017**. 1. ed. Maceió: FIEA, 2018. Disponível em: [https://sindicatos.blob.core.windows.net/arq/ns72/arquivos/app/cni\\_sindicatos/2011/01/10/123/20190524145540933507e.pdf](https://sindicatos.blob.core.windows.net/arq/ns72/arquivos/app/cni_sindicatos/2011/01/10/123/20190524145540933507e.pdf). Acesso em: 4 jun. 2025.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 8. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1983. Disponível em: <https://www.beneweb.com.br/resources/Teoria%20e%20politica%20do%20desenvolvim ento%20economico-celso%20furtado.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2025.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Ed. Loyola, 2008. Disponível em: <https://www.uc.pt/feuc/citcoimbra/Harvey2008>. Acesso em: 10 abr. 2025.

HIRSCHMAN, A. O. **The strategy of economic development**. New Haven: Yale University Press, 1958.

ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (IFDM). **IFDM 2018: ano-base 2016: recorte municipal: abrangência nacional**. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2018. Disponível em: [https://www.firjan.com.br/data/files/67/A0/18/D6/CF834610C4FC8246F8A809C2/IFDM\\_2018.pdf](https://www.firjan.com.br/data/files/67/A0/18/D6/CF834610C4FC8246F8A809C2/IFDM_2018.pdf). Acesso em: 10 abr. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 4 abr. 2025.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Tradução: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. [S. l.: s. n.], 2006. Disponível em: [https://gpect.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/06/henri\\_lefebvre-a-producao-do-espaco.pdf](https://gpect.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/06/henri_lefebvre-a-producao-do-espaco.pdf). Acesso em: 4 abr. 2025.

LIMA, J. F. de; BIDARRA, B. S. Convergência setorial na fronteira Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 9, n. 2, p. 211-226, 2021. Disponível em: <https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/8905>. Acesso em: 10 abr. 2025.

LOPES, G. C. L. A.; MOTA, F. C. M. História econômica e organização socioespacial de Alagoas (1933-2017). **Revista Econômica do Nordeste**, v. 51, n. 2, p. 137-154, 2020. DOI: 10.61673/ren.2020.1099. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/ren/article/view/1099>. Acesso em: 4 jun. 2026.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

PAIM, J.; TRAVASSOS, C.; ALMEIDA, C.; BAHIA, L.; MACINKO, J. The Brazilian health system: history, advances, and challenges. **The Lancet**, v. 377, n. 9779, p. 1778-

1797, 2011. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/3028/1/Per%20int%202011.12.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2026.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD).

**Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília: PNUD, 2013. Disponível em:

<https://www.atlasbrasil.org.br/acervo/atlas>. Acesso em: 13 abr. 2025.

RAIHER, A. P. Crescimento econômico e sua convergência no estado do Paraná. **Gestão & Regionalidade**, v. 31, n. 92, p. 136-150, 2015. Disponível em:

[https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista\\_gestao/pt\\_BR/article/view/2735](https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/pt_BR/article/view/2735). Acesso em: 13 abr. 2025.

RAIHER, A. P.; LIMA, J. F. de; KLEIN, C. F. A distribuição espacial da indústria no Sul do Brasil e sua convergência. **Análise Econômica**, v. 32, n. 61, p. 81-104, 2014.

Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/332689217\\_A\\_DISTRIBUICAO\\_ESPACIAL\\_DA\\_INDUSTRIA\\_NO\\_SUL\\_DO\\_BRASIL\\_E\\_SUA\\_CONVERGENCIA](https://www.researchgate.net/publication/332689217_A_DISTRIBUICAO_ESPACIAL_DA_INDUSTRIA_NO_SUL_DO_BRASIL_E_SUA_CONVERGENCIA). Acesso em: 10 abr. 2025.

RIOS, M. V. **Políticas e práticas sustentáveis da cadeia do turismo em Maceió**. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/10686>. Acesso em: 10 abr. 2025.

RODRIGUES, G. S. S. C.; ROSS, J. L. S. A trajetória da cana de açúcar no Brasil: perspectivas geográficas, históricas e ambiental. Uberlândia: EDUFU, 2020. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/2hfcy/pdf/rodrigues-9786558240112.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2025.

ROSSI-HANSBERG, E.; SARTE, P. D.; SCHWARTZMAN, F. **Cognitive hubs and spatial redistribution**. Richmond: Federal Reserve Bank of Richmond, 2019. (Working Paper, n. 19-16). Disponível em:

[https://www.richmondfed.org/publications/research/working\\_papers/2019/wp\\_19-16](https://www.richmondfed.org/publications/research/working_papers/2019/wp_19-16). Acesso em: 10 abr. 2025.

SANTOS, E. C. dos; SAMPAIO, C. L. S. A pesca artesanal na comunidade de Fernão Velho, Maceió (Alagoas, Brasil): de tradicional a marginal. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 13, n. 4, p. 513-524, 2013. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/263203451\\_A\\_Pesca\\_Artesanal\\_na\\_Comunidade\\_de\\_Fernao\\_Velho\\_Maceio\\_Alagoas\\_Brasil\\_de\\_Tradicional\\_a\\_Marginal](https://www.researchgate.net/publication/263203451_A_Pesca_Artesanal_na_Comunidade_de_Fernao_Velho_Maceio_Alagoas_Brasil_de_Tradicional_a_Marginal). Acesso em: 10 abr. 2025.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2006. Disponível em:

[https://professor.ufrgs.br/dagnino/files/santos\\_milton\\_a\\_urbanizacao\\_brasileira\\_1993.pdf](https://professor.ufrgs.br/dagnino/files/santos_milton_a_urbanizacao_brasileira_1993.pdf). Acesso em: 10 abr. 2025.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1996.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PATRIMÔNIO DE ALAGOAS (SEPLAG). **Mapa político-administrativo do Estado de Alagoas**.

Maceió: SEPLAG, 2023. Disponível em: <https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/mapa-politico-administrativo-do-estado-de-alagoas>. Acesso em: 9 abr. 2025.

SETO, K. C.; GÜNERALP, B.; HUTYRA, L. R. Global forecasts of urban expansion to 2030 and direct impacts on biodiversity and carbon pools. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 109, n. 40, p. 16083-16088, 2012. Disponível em: <https://www.pnas.org/doi/10.1073/pnas.1211658109>. Acesso em: 10 abr. 2025.

SILVA, A. P. N.; RIBEIRO, H. M. D.; BASTOS, S. Q. de A. Análise de convergência de desenvolvimento multidimensional para regiões intermediárias de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 13, n. 4, p. 561-580, 2020. Disponível em: <https://revistaaber.org.br/rberu/article/view/502>. Acesso em: 9 abr. 2025.

SILVA, D. C. O circuito espacial de produção e os círculos de cooperação da cana-de-açúcar: uma análise a partir de Alagoas. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 8, n. 16, p. 70–96, ago. 2013. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/23801>. Acesso em: 4 jun. 2026.

STABACK, D. F.; LIMA, J. F. Cidades médias brasileiras e sua convergência de crescimento e desenvolvimento socioeconômico. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 15, e20220131, p. 1-18, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/87RdjHm7qXFWdv5rPVdjy3f/?lang=pt>. Acesso em: 9 abr. 2025.

TAYLOR, A. M.; WILLIAMSON, J. Capital flows to the new world as an intergenerational transfer. **Journal of Political Economy**, v. 102, n. 2, p. 348–371, 1991. Disponível em: [https://www.nber.org/system/files/working\\_papers/h0032/h0032.pdf](https://www.nber.org/system/files/working_papers/h0032/h0032.pdf). Acesso em: 9 abr. 2025.

VIEIRA, F. L.; STADUTO, J. A. R.; PARRÉ, J. L.; BECHLIN, A. R.; LETTI, A. G. Convergência de renda e desenvolvimento regional no Paraná (1999-2006). **Informe GEPEC**, v. 16, n. 1, p. 213–235, 2012. Disponível em: [https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/pt\\_BR/article/view/6111](https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/pt_BR/article/view/6111). Acesso em: 9 abr. 2025.

WILLIAMSON, J. B.; FLEMING, J. Convergence theory and the social welfare sector: a cross-national analysis. **International Journal of Comparative Sociology**, v. 18, n. 3-4, p. 242-253, 1977. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/002071527701800303>. Acesso em: 9 abr. 2025.

Recebido em: julho de 2025

Aceito em: junho de 2026